

Nota Editorial

Este número da *Ciência & Trópico* traz ao público inovadoras contribuições de estudos e pesquisas multidisciplinares em sua abordagem, mas, deliberadamente convergentes em seu foco. O propósito dos editores foi iluminar a discussão de aspectos centrais, em meio àquilo que se atém às preocupações das Políticas Públicas no Território. Nada aconteceu à toa, sendo esse o foco temático do proponente desta coletânea, o INCT em Políticas Públicas e do Desenvolvimento Territorial (INPuT), mas caso seja oportuno intitular este conjunto de contribuições apostaríamos nas Abordagens, Contextos e Escalas de Política, Planejamento e Gestão Territoriais.

O volume aborda assim escalas, centralidades territoriais, municipalismo, metropolização, instrumentos de planejamento e modelos de governança multiníveis, regularização e informalidade, vistos como temas e desafios contemporâneos ao planejamento territorial na pós-modernidade.

Numa tessitura que buscou contribuir com o propósito de realçar a internacionalização do debate, o resultado conta com aportes e reflexões atuais de pesquisadores, professores e gestores de instituições estrangeiras como o Instituto de Estudos Regionais e Metropolitanos de Barcelona e o Instituto de Governo e Políticas Públicas, ambos da Universidade Autônoma de Barcelona, na Catalunha/Espanha; da Universidade Nacional Arturo Jauretche e da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina; da Escola Superior de Arquitetura da Universidade de Sevilha, também na Espanha; da Universidade de Irvine, na Califórnia/Estados Unidos; além das contribuições que vieram do INCT em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial (INPuT), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (PERPART) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O foco de convergência dos trabalhos bem delimita as condições de produção das cidades na contemporaneidade, à luz de uma preocupação acerca dos desafios, responsabilidades e perspectivas que as conformam e conduzem, sem ignorar a complexidade que lhes é indissociável. Tendo como perspectiva a reinvenção permanente do urbano sob o prisma da sustentabilidade, da justiça social e de uma educação emancipadora, foram observadas experiências na América Latina, incluindo casos das regiões Norte e Nordeste do país, e na Europa, especialmente na Catalunha e na Alemanha, abarcando questões locais, metropolitanas e regionais, transitando entre diferentes escalas territoriais e de governança multinível. Tal oportunidade de uma visão multiescalar nos confirmou o alerta à necessidade de compreender os processos temporários e outros permanentes de escalonamento e reescalamento, tal como defendida pelo *Urban Theory Lab*, da *Harvard Graduate School of Design*, propondo a compreensão do que é nomeada urbanização planetária, a partir de uma teoria urbana crítica.

Assim, a abordagem analítica aqui presente parte da noção de multiescalaridade como contraponto à noção de escala fixa, a da cidade regulada urbanisticamente, que precisa estar conectada a outras escalas para o ordenamento e o planejamento territorial. Há um desafio posto aos instrumentos de regulação e, por conseguinte, à gestão municipal, metropolitana e regional.

Por um lado, há contribuições que apontam para discussões importantes a serem travadas acerca do papel dos Municípios, pois com capacidade reduzida para a gestão territorial (urbana e rural), acabam apostando na dinamização dos circuitos de agentes empreendedores para o enfrentamento de sua crise fiscal. Há uma defesa do “municipalismo do bem comum”, a ser construído em cada contexto histórico e geográfico; em paralelo, é reconhecido o grande desafio perfilados em cinco eixos de ação, a saber: democracia participativa, economia cooperativa, direitos sociais e autonomia, cotidianidade sustentável e vínculos de solidariedade. Nessa perspectiva, alerta-se para a compreensão do território municipal de forma mais integrada, envolvendo o entendimento das relações entre espaços urbanos e não-urbanos, dos ativos ambientais e da sociobiodiversidade presente no município.

Na outra mão, vislumbra-se ainda a construção de uma governança interfederativa, mediados por instrumentos de controle que sejam capazes de transbordar os limites municipais, a partir de uma abordagem política, institucional e financeira, mas de nível transescalar. Tal necessidade tem se evidenciado face à abertura de novas frentes de reprodução do capital ainda muito mais globalizado e financeirizado, articuladas com setores imobiliários e outros setores produtivos, configurando muitas vezes um quadro de “hobbesianismo municipal desenfreado” e de “descentralização federativa tutelada”.

O olhar sobre o território se mescla ao olhar sobre o tempo, num exercício de buscar compreender as mudanças pelas quais passam as políticas públicas desde o pós-guerra, com a estruturação do Estado do Bem-Estar Social até o período mais recente, pós-1970, quando mudanças na esfera sócio-técnico-produtiva afetam o entendimento sobre o papel do Estado e o desenho das políticas públicas, como nos mostra a reflexão específica sobre as políticas públicas de saúde, na qual as discussões em torno das escalas e da universalização do atendimento se mesclam com perspectivas que dialogam com as políticas de proximidade.

Duas contribuições sobre a escala metropolitana trazem experiências muito distintas no que diz respeito às características dos processos de urbanização no centro e na periferia globais, nos quais jogam papéis muito diferentes as concepções sobre as formas sociourbanas resultantes desses processos em face das estruturas de governança urbana e metropolitana. Nesse sentido, a contraposição entre a escala mais compacta de urbanização, prevalente na Alemanha, e os processos de urbanização mais acelerados e espalhados, característicos das metrópoles latino-americanas, revela diferentes perspectivas sobre questões como o acesso à infraestrutura urbana, a qualidade socioambiental e as (des)economias de aglomeração, os quais acabam por refletir os diferentes arranjos regulatórios e de governança urbano-metropolitana existentes.

O olhar sobre as cidades brasileiras, resultante de um processo de urbanização marcado por tensões, desequilíbrios em termos da força e do poder dos atores sociais e dos agentes econômicos e políticos existentes, acaba girando em torno dos efeitos socioespaciais concretos de uma urbanização seletiva e excludente, onde a formalidade e a informalidade convivem e ensejam uma ampla agenda de regularização fundiária, onde os assentamentos de baixa renda impõem ou ao menos demandam uma gramática de direito própria e onde as políticas públicas estão permanentemente pressionadas por lidar com os efeitos perversos dos processos de produção do espaço, sem lidar com os elementos estruturantes das lógicas que governam e controlam essa produção.

Completando este volume de reflexões que buscam problematizar a relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento territorial em diferentes escalas e perspectivas, há uma contribuição que olha para um antigo instrumento de promoção do desenvolvimento regional e indaga sobre suas possibilidades de reinvenção, reconhecendo os méritos de uma já longa trajetória baseadas em incentivos fiscais, mas deixando aberto o desafio de buscar ir além das medidas de cunho tributário para se promover, de fato, um desenvolvimento local/regional sustentável que beneficie efetivamente toda região amazônica brasileira.

Ainda que guardando a especificidade de cada reflexão, há uma história sendo contada. Nessa história, não há escala privilegiada. Não há esfera que se sobreponha à outra. Transita-se entre o local e global e busca-se compreender as possibilidades de se promover a governança territorial multinível, envolvendo atores e agentes de diferentes origens e filiações, numa concertação que tem no *território* sua principal referência, seu ponto de partida, seu ponto de chega, o território vivo, com suas pessoas, cidades, culturas, riquezas e também seus desafios. Há uma inteligência no território e qualquer ação no território deve ser igualmente inteligente, estratégica, inclusiva e ancorada no reconhecimento de suas possibilidades.

A composição desse conjunto singular de contribuições se deveu à colaboração de autores com os quais nós, editores, temos uma dívida de gratidão. Deixamos nossos sinceros agradecimentos a Ricard Gomà, Arnaldo Medina, Patrício Narodowski, Andreas Hildenbrand, Antônio Jucá, Sande Nascimento, Renato Balbim, Cleandro Krause, Alex Magalhães, José Celso Cardoso e Kamyle Medina. Somos gratos pelas colaborações e pela rica interlocução que podemos estabelecer.

A importância dessa publicação entregue pela Fundaj está reforçada pelo seu interesse estratégico de integrar, como projeto de Rede Nacional no âmbito do Programa Institucional (PI5) Educação, Governança e Sustentabilidade, o INCT Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial (INPuT)/IPEA. E, dentre as diretrizes do INPuT, em suas diversas linhas de pesquisa, a oportunidade de trazer as reflexões aqui reunidas contribui para o cumprimento de seus objetivos, fazendo deste número da Ciência & Trópico uma referência para as instituições e os pesquisadores que nele atuam.

Os esforços na realização dessa proveitosa parceria entre a Fundaj e o INPuT/IPEA estão na via da promoção da pesquisa, do intercâmbio de conhecimento em torno de temas afinados e da ampliação da rede a um nível internacional. A proposição de projetos compartilhados e de acordos de cooperação interinstitucional surgirá, certamente, como consequência desejada para ambas as instituições, bastante favorecida pelos canais abertos de comunicação.

Editores convidados

Marco Aurélio Costa

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Cátia Wanderley Lubambo

Fundação Joaquim Nabuco